

---

## Mediando a “Revolução”: a narrativa de O Globo sobre os aniversários do golpe durante o regime militar (1965-1984).<sup>1</sup>

Juliana Gagliardi <sup>2</sup>

**Resumo:** Esta pesquisa analisa a cobertura realizada pelo jornal O Globo dos aniversários do golpe de 31 de março de 1964, entre 1965 e 1984, ou seja, durante a vigência do regime militar. Essa data é um momento privilegiado por ser um ritual político de busca de legitimidade, uma ocasião regular para expressar a unidade dos militares enquanto instituição, que já era fissurada considerando-se os militares enquanto governo. Paralelamente, num contexto de instabilidade política, o jornal precisa buscar estratégias de posicionamento que extrapolam a dicotomia corrente que julga entre simplesmente “apoiar” ou “não apoiar” um governo e que o tornam um espaço muito mais complexo do que se costuma considerar. O objetivo deste trabalho é, a partir das matérias do jornal, entender o papel que o jornalista atribuía a si próprio com relação à política e à sociedade ao reportar os aniversários do regime militar.

**Palavras-chave:** jornalismo; ditadura militar; O Globo; política; imprensa.

**Abstract:** This research analyzes the coverage held by O Globo newspaper on the coup of 31 March 1964 anniversaries, from 1965 to 1984, during the military rule. This occasion is special because it is a political ritual that represents the pursuit for legitimacy, a regular opportunity to express the unity of the military as an institution, which was already fissured considering the military as government. At the same time, in a context of unstable political environment, the newspaper needs to look for positioning strategies that go beyond the current idea that judges simply between “support” or “not supporting” the government, strategies that make the newspaper a much more complex space than it is usually considered to be. The aim of this study is to understand, from the newspaper articles, the role that journalist attributes to himself regarding politics and society by reporting the anniversaries of military rule.

---

<sup>1</sup> Agradeço à Faperj e ao CNPq pelos auxílios que possibilitaram, em momentos distintos, esta pesquisa, à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, cujo acervo de periódicos foi indispensável, e ao meu orientador.

<sup>2</sup> Juliana Gagliardi é formada em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. É mestre em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense e doutoranda no Programa de Pós-graduação em Comunicação da mesma instituição, onde desenvolve atualmente a pesquisa sobre mídia e América Latina.

---

**Keywords:** journalism; military dictatorship; O Globo; politics; press.

No dia 31 de março de 1965 um novo ritual político se estabeleceu. A ordem do dia do ministro da Guerra e o discurso do presidente da República inauguraram, no primeiro ano do regime militar, a comemoração anual dos aniversários da então chamada “revolução” de 1964, e, conseqüentemente, do regime político estabelecido. Essa data foi especial, sobretudo, porque o governo celebrava publicamente o modelo político que havia instituído no ano anterior por meio de um golpe de estado, constituindo-se numa ocasião privilegiada em que o próprio regime falava de si, o que não era comum mesmo no âmbito das estratégias de propagandas patrocinadas pelo governo. As solenidades em que cada presidente discursou não eram ocasiões, em geral, abertas ao público. Assim como as ordens do dia, que eram lidas nas dependências das Forças Armadas. Mas esses pronunciamentos tornavam-se públicos por serem divulgados na íntegra pelos jornais.

A existência dessas cerimônias atendia, por um lado, à tradição de uma instituição altamente simbólica de definir o seu papel – a instituição militar. Por outro lado, teve a finalidade de explicar e justificar a ocorrência do movimento de ruptura que atingiu um modelo de governo em 1964. Ainda que não se possa explicar de que forma esse ritual atuou de fato e que reações provocou no imaginário social da época, não há dúvidas quanto aos esforços de legitimação dos personagens que falam e deixam certas pistas registradas em seus discursos nos jornais. Os discursos emitidos pelos militares, praticamente sem fazer menções diretas a outros governos com exceção de um que aparece sempre - João Goulart, que é exaustivamente mal dito -, são construídos a partir de uma entonação de legitimação.

Já no dia 30 de março de 1965, O Globo mencionava em oito das suas páginas as comemorações da “revolução”. A partir de então, as solenidades se tornaram regulares e, embora em diferentes escalas, ocorreram ao longo de todos os anos do regime militar e foram, especialmente durante a vigência da ditadura, transformadas em notícias nos jornais. É necessário ressaltar que as

---

cerimônias que mereceram a atenção do jornal não eram unificadas, mas sim múltiplas. Não estavam tampouco concentradas apenas no Rio de Janeiro ou eram concebidas sempre como nacionais, nem se referiam apenas aos altos cargos do governo e do Exército. No entanto, para este artigo serão consideradas as notícias de cunho mais nacional, veiculadas na maioria das vezes com chamadas também na primeira página e que abordavam, geralmente, os momentos em que estiveram presentes o presidente e seus ministros. Essa escolha foi feita por questões de tempo e de organização e por julgarmos que essas matérias oferecem um campo fértil de pesquisa e a possibilidade de uma comparação mais linear e regular ao longo dos anos. Nessas ocasiões foram, portanto, realizadas missas e cerimônias civis em homenagem ao regime em vigor, mas as solenidades oficiais em que ocorriam discursos dos presidentes e as leituras das ordens do dia dos ministros militares, lembrando e reafirmando a manutenção dos ideais que norteavam o movimento de 1964, eram ressaltadas.

O Globo, como outros jornais, foi responsável pela criação de um espaço público – num período em que era muito visível o cerceamento imposto aos posicionamentos políticos – no qual a política acontecia, mas veladamente. Assim, este jornal se reafirmava como um espaço de mediação entre a sociedade e o Estado, transformando esses eventos em notícias anualmente, exaustivamente. Apesar de noticiados sempre pela imprensa, os aniversários do movimento militar seguiram estrutura semelhante: ordens do dia dos ministros militares e discurso do presidente da República. Esse material é um recorte privilegiado de um ritual político num período autoritário. E permite, mesmo que não fosse o intuito dos militares ao se pronunciarem, perceber as ambiguidades do regime militar brasileiro. Como mediadora que não é passiva, nem é a única em ação, cabe ressaltar, que a imprensa teve o papel fundamental não só de representar um espaço em que a política acontecia publicamente, mas de fornecer estruturas de visão de mundo (SCHUDSON, 1993). Portanto, analisar o modo pelo qual se constrói o jornalismo é muito relevante porque se pode perceber concretamente, por uma análise de narrativa, particularidades do período, mesmo aquelas que o jornalista não teve a intenção de ressaltar. Ao

---

mesmo tempo, o jornalista, ao escrever, fala muito do seu próprio trabalho, dos graus de autonomia e de autoridade de que dispõe e da posição e funções que assume – ora atuando como um “copiador”, que registra o que vê eximindo-se de emitir diretamente opiniões; ora apresentando-se como um analista político que oferece ao leitor uma interpretação daquilo que vê.

Muito já se discutiu sobre as enormes dificuldades de se fazer jornalismo, especialmente o político, em períodos de censura sistemática. Em geral a atuação da imprensa nesse período é vista a partir de duas perspectivas: a censura e a adesão. Sobre a repressão e a restrição à liberdade de imprensa, já se sabe. Mas como a mídia atuou nesse período? Que estratégias os jornalistas adotaram para atuar e sobreviver em meio a um contexto tão ambíguo em que a própria instituição militar era fissurada e em que não se sabia exatamente a que grupo se deveria apoiar e em meio a medidas ora de abertura, ora de fechamento, em que não se poderia ter certeza de que rumos o regime tomaria? Em outras palavras, num contexto em que governantes adeptos de orientações políticas distintas se revezaram, arrojando ou afrouxando as liberdades, num movimento pendular intensificado nos anos de distensão com medidas que ficaram conhecidas como *sístoles* e *diástoles*, ser *adesista* significava aderir a quê? Se nem mesmo essa fissura do projeto político e social dos militares era declarada – embora fosse clara – torna-se muito difícil definir com precisão de que adesão se falava.

Por essas discussões, que permanecem abertas, julga-se que a corrente dicotomia de olhar que se impõe aos jornais que atuaram entre os anos 60 e 80, que os separa entre aqueles que por um lado *apoiaram* a ditadura e aqueles que, por outro lado, *se opunham* a ela, não é capaz, sozinha, de responder a um contexto tão complexo. Não há dúvidas de que o jornal O Globo simpatizava com a ditadura. No entanto, parte-se do pressuposto de que julgá-lo simplesmente como governista simplifica em vez de tornar complexa a discussão, e de que este jornal merece estudos mais aprofundados que não tenham como pressuposto o intuito de apenas corroborar essa visão dicotômica. Há evidências que nos permitem desconfiar dessa visão simplista, como a conhecida presença de diversos jornalistas comunistas nos quadros de

---

funcionários d'O Globo (ALBUQUERQUE & SILVA, 2009), que à época já era um dos jornais mais difundidos no país, fazendo parte do que se convencionou chamar de a *grande imprensa*, o que nos permite considerá-lo como um veículo importante na interação entre a política e a sociedade. Além disso, é um jornal pouco estudado ao ser precipitadamente considerado um jornal de apoio aos governos militares, enquanto há uma tendência de se optar pelo estudo dos veículos que se opuseram ao regime. O ponto é que mesmo sendo um jornal simpático ao golpe e aos presidentes que o sucederam o jornal merece ser estudado, justamente para que se possa “desocultar” e analisar que estratégias a imprensa utilizava para se posicionar politicamente e buscar, assim, a adesão do público.

Nesse sentido, esta pesquisa pretende discutir de que forma a mídia se comporta quando inserida num contexto autoritário a partir da cobertura que concede a um ritual militar que fala essencialmente do regime político em questão. Como esse ritual político pode ser de fato importante para a incursão na política desse período? E, ainda, como os jornalistas estabelecem o seu próprio papel quando restringidos pela censura? As hipóteses centrais são de que o ritual de aniversário do golpe militar de 64 é, sim, relevante para se pensar o governo militar e, paralelamente, de que apesar de O Globo ser previamente classificado como um veículo da “grande imprensa” governista e embora a categoria opinião esteja inegavelmente presente em seu discurso, há momentos em que o papel que seus jornalistas se atribuem, quanto à interpretação do contexto político, muda. Assim, a pesquisa abre espaço para que se observe por um lado o discurso que os militares faziam de si em oposição à realidade política, e, por outro, a função que os jornalistas demonstravam assumir nesse meio.

### **Institucionalizando a “Revolução”**

O golpe militar de 1964 estabeleceu uma ruptura ao iniciar uma ditadura após um breve período de governos democráticos no Brasil. Ao mesmo tempo

em que foi ruptura, representou a continuidade de uma prática intervencionista das Forças Armadas na política presente desde 1945,<sup>3</sup> mas com uma novidade: além de intervirem, os militares, desta vez, se mantiveram no poder. O que aconteceu em 1964 foi o desfecho de uma crise materializada mais diretamente a partir de agosto de 1961 quando, sem uma explicação clara e satisfatória, Jânio Quadros renunciou à presidência da República. A tensão potencial era, na realidade, mais antiga do que isso. Remontava ao que parecia ser para alguns (em especial para as classes médias) o retorno do “fantasma” de Getúlio Vargas e do projeto nacional - estatista, que já haviam motivado em 1954, por exemplo, a crise que envolveu as Forças Armadas, além de setores civis, e que, em meio a um clima pesadamente golpista, culminou no suicídio daquele presidente. João Goulart havia sido ministro do Trabalho de Vargas por mais ou menos oito meses. Para ele, conta-se que Getúlio entregou uma cópia de sua carta testamento na reunião ministerial que convocou, em meio à crise política, na noite de 23 de agosto, pouco antes de cometer suicídio.<sup>4</sup> Jango tornou-se, simbolicamente, seu herdeiro político e lhe foi atribuída a imagem de continuador de Vargas e de sua política de intervenção nas relações de trabalho, justiça social e de oposição ao capitalismo liberal irrestrito.

Por essas razões, a ascensão do vice-presidente eleito em 1961 já se iniciou por uma crise. Cogitou-se tentar retardar, ou mesmo impedir, a volta de Jango da visita oficial que fazia à China e, em maior escala, a sua posse. O clima era golpista dentro das Forças Armadas com a manifestação dos três ministros militares. A reação legalista, no entanto, também emergiu, em muito representada pelo então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, que, com apoio do III Exército,<sup>5</sup> contribuiu decisivamente para garantir a posse de Jango, em 7 de setembro, embora num modelo parlamentarista. Foi a partir de janeiro de 1963, após o plebiscito que não referendou o parlamentarismo e possibilitou o retorno ao sistema presidencialista, que o clima voltou a se

---

<sup>3</sup> Em 1945 a era Vargas foi interrompida com a intervenção das Forças Armadas que depuseram Getúlio.

<sup>4</sup> Idem.

<sup>5</sup> Sediado em Porto Alegre, o III Exército, mesmo em fins da década de 1960, contava com o maior efetivo do país e era um dos mais bem equipados (STEPAN, 1975).

radicalizar. Ao mesmo tempo em que tomavam forma os projetos das reformas de base programadas pelo governo Goulart – que incluíam a concretização da reforma agrária e da reforma eleitoral com concessão de voto aos analfabetos, por exemplo -, o Congresso, formado por maioria conservadora, empenhava-se em rejeitar suas propostas, que não eram aprovadas. Em face disso e da demanda de seus partidários por uma definição quanto às reformas, o presidente decidiu liderar uma campanha popular para pressionar o Congresso a liberar esses projetos. Nesse contexto, ocorreu o comício da Central do Brasil, em 13 de março de 1964, que concentrou, no Rio de Janeiro, cerca de 150 mil entusiastas das reformas de base.

No dia 30 de março, Jango discursou como convidado de honra numa reunião da Associação de Sargentos e Suboficiais da Polícia Militar, no Automóvel Clube do Brasil. Esse discurso foi transformado na gota d'água para o movimento militar que se iniciou no dia seguinte em Minas Gerais evocando um suposto caos político nacional. No dia primeiro de abril, o presidente se deslocou do Rio para Brasília e, no dia seguinte, para Porto Alegre, por onde deixou o Brasil. Também no dia 2, o Congresso declarou vaga a Presidência da República e empossou, de acordo com a Constituição, o presidente da Câmara dos Deputados, Pascoal Ranieri Mazzilli.

Consumada a deposição de Goulart, os militares responsáveis pela liderança da “revolução” se depararam com o problema de como proceder. Não havia planos de governo rigorosamente estabelecidos (FICO, 2004; KINZO, 1988), não havia sido acordado anteriormente quem assumiria a presidência, nem mesmo um líder único havia sido escolhido até o dia em que foi detonado o movimento.<sup>6</sup> Personalidades e grupos muito distintos se uniram, muitos só com o intuito de retirar Jango, sem um denominador comum sobre o que se deveria fazer depois.

Essa existência de frentes tão diversas, mesmo dentre as favoráveis ao golpe, ajuda a compreender o contexto ambíguo e particular em que se

---

<sup>6</sup> O general Costa e Silva se autointitulou líder do Comando Supremo da Revolução sob o argumento de que era o general mais antigo em exercício. Ainda assim, isso ocorreu quando estourou o movimento.

---

construiu o regime militar brasileiro. Já o primeiro presidente – Castelo Branco – não foi escolha unânime dentre os próprios militares. Costa e Silva, por exemplo, foi, num primeiro momento, contrário a sua posse, argumentando que o Comando Supremo da Revolução deveria permanecer em funcionamento por mais algum tempo. Essa opinião provavelmente tinha relação com os distintos interesses entre dois dos grupos heterogêneos engajados no golpe. De um lado, representados por Castelo Branco, havia aqueles que desejavam apenas remover Goulart e devolver o poder a um governo civil; de outro lado, representados neste momento, por Costa e Silva, um processo mais profundo de “limpeza” política (REIS FILHO, 2000). Essa imagem bipolar está de certa forma ligada à gênese da ideia simplificada que divide a atuação das Forças Armadas no período entre dois lados: a ditadura e a “ditabranda”. Embora alguns trabalhos acadêmicos já tenham questionado essa simplificação (MARTINS FILHO, 1996; ROUQUIÉ, 1991), a bipolarização ainda é corrente e ajuda a compreender também outra divisão comum imposta à história do regime militar que vê nesse período três fases definidas. A primeira delas como englobando o governo de Castelo Branco, que seria uma fase branda, de implementação do regime. A segunda englobaria os governos Costa e Silva e Médici, períodos conhecidos pela edição do AI-5 e pelo título de “anos de chumbo”, em que a radicalização da repressão atingiu a tudo e a todos arbitrariamente. E a terceira fase, dos governos Ernesto Geisel e João Figueiredo, seria a fase de transição e de abertura. Esse modelo de análise tem, sem dúvida, importância metodológica ao permitir um olhar amplo e comparativo entre esses governos, desde que não se perca de vista que essa divisão não era estanque, ou seja, que cada um desses períodos foi cheio de ambiguidades e de características que poderiam estar a priori numa outra fase.

Embora divergentes quanto aos meios, às intensidades e aos significados que poderiam atribuir aos ideais, os grupos que integravam as Forças Armadas nos anos 1960 eram influenciados por conceitualizações comuns que remontam à breve experiência brasileira na Segunda Guerra Mundial, quando a Força

Expedicionária Brasileira lutou na Itália ao lado de oficiais norte-americanos.<sup>7</sup> A proximidade ali iniciada entre os combatentes nacionais e os americanos foi também responsável pela posterior impregnação especialmente no Exército brasileiro do ideal de “defesa nacional”. Certamente a noção não foi apenas importada e aplicada no Brasil exatamente como existia nos Estados Unidos. A defesa nacional de que falavam os norte-americanos tinha estreita relação com ameaças externas que lhe pudessem atingir. No Brasil, a defesa nacional assumiu o caráter de uma luta contra os “inimigos internos” (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985).

A Escola Superior de Guerra (ESG), criada em agosto de 1949 e subordinada ao Estado Maior das Forças Armadas, foi o espaço em que essas ideias se desenvolveram. Na ESG se originou a ideologia oficial do regime militar brasileiro, que foi chamada de Doutrina de Segurança Nacional (DSN) e que conduziu grande parte das ações dos governos militares que se seguiram sob o argumento de que “ameaças” à “segurança” justificariam o sacrifício de certas garantias por visarem um bem maior. Essa doutrina era a base fundadora, por exemplo, do Serviço Nacional de Informações (SNI), órgão da presidência da República responsável por coordenar e supervisionar as atividades de informação, cuja elaboração, em junho de 1964, é vinculada a Golbery do Couto e Silva.

Cabe lembrar que a estrutura do regime militar brasileiro não se resume à Doutrina de Segurança Nacional (CHIRIO, 2006) e que não foi uma simples materialização de influências norte-americanas, nem foi uma simples cópia de influência alguma. Partindo desse cuidado fundamental, faz sentido mencionar a influência francesa na formação de uma doutrina tão importante quanto a da segurança nacional no interior das forças armadas. A guerra revolucionária (*guerre révolutionnaire*<sup>8</sup>), conforme ressaltou João Roberto Martins Filho,

---

<sup>7</sup> Antes mesmo da ida a Europa alguns militares brasileiros haviam cumprido estágios preparatórios em bases militares norte-americanas. KORNIS, Monica. *Castelo Branco*. Disponível no DHBB online (consultado em 27/07/2010, às 23h): <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>

<sup>8</sup> Baseada nos métodos de guerra que o Exército francês havia adquirido nas experiências de contraguerrilha durante os conflitos de descolonização da Indochina, desde o fim da década de 1940, e da Argélia (1954-1962).

---

“extraía seu nome do fenômeno que visava combater” (MARTINS FILHO, 2008: 42). A base da doutrina era a de que o inimigo (a subversão) que se preparava para tomar o poder deveria ser combatido, mas o regime democrático, embora prezado, não permitia a prevenção nem a resposta necessárias para combater a guerra revolucionária. Dessa forma, trazia subjacente a ideia de uma intervenção militar na sociedade (MARTINS FILHO, 2008).

Os ideais embutidos na doutrina da guerra revolucionária encontraram eco também fora das Forças Armadas. Embora falassem, originalmente, de momentos excepcionais, foram encarados, naquele momento, como justificativas para uma guerra preventiva. No entanto, adotá-los como linha de governo para a condução de um país, ou seja, como regra, ainda que apoiada por muitos num primeiro momento, não poderia deixar de fazer emergir contradições e ambiguidades notáveis. Essas particularidades dos governos militares brasileiros resultaram, em grande parte das vezes, da dificuldade de conciliar um governo autoritário com a busca da legitimidade perante a sociedade não só internacional, mas nacionalmente.

Já o primeiro Ato Institucional, editado pouco mais de uma semana após o golpe, afirmando que a “revolução [necessitava] de se institucionalizar”, demonstrava esse conflito. Ao mesmo tempo em que resolvia que a revolução poderia editar “normas jurídicas, sem que nisso [fosse] limitada pela normatividade anterior à sua vitória”, argumentava que “para demonstrar que não [pretendia] radicalizar o processo revolucionário [decidiu] manter a Constituição de 1946”.

A dissolução dos partidos políticos vigentes até 1965, por meio do Ato Institucional nº 2, seguida pela criação, a partir do Ato Complementar nº 4, dos dois únicos partidos que funcionariam até 1979 – um governista e outro de oposição – foi mais um fator que contribuiu para a dicotomização do regime militar; quando se sabe que tanto a Aliança Renovadora Nacional, quanto o

---

Movimento Democrático Brasileiro, eram formados por grupos muitos heterogêneos.<sup>9</sup>

A manutenção do Congresso em funcionamento,<sup>10</sup> de um partido de oposição “tolerada”, das eleições legislativas diretas, somadas à negação da repressão e da censura, são constantemente apontadas como grandes ambiguidades do período. Mas havia mais do que isso. As diferenças no interior das instituições militares também geraram grandes fatores de instabilidade. Com exceção da passagem do governo Médici para o governo Geisel, todas as transições presidenciais dos governos militares se estabeleceram em meio a tensões. Como já mencionado anteriormente, imediatamente após o golpe, a escolha de Castelo Branco não foi unânime. No fim do seu governo, em meio à desilusão de muitos que pensavam que a passagem militar pelo poder seria breve, Castelo foi obrigado a aceitar a candidatura de Costa e Silva, lhe sendo vedado cuidar de sua própria sucessão como outros governos fizeram. Costa e Silva, após medidas encaradas como de radicalização política, sofreu uma trombose que o afastou do cargo. O vice-presidente civil, Pedro Aleixo, que de acordo com as premissas constitucionais deveria assumir, foi vetado, tendo assumido em seu lugar uma junta militar. A ocasião fez repercutir nacional e internacionalmente o autoritarismo que conduziu a sucessão. Após a passagem do governo Médici, Geisel enfrentou discordâncias de outros militares quanto à escolha de seu sucessor, já que nisso se refletia outra particularidade do regime: a decisão de iniciar a liberalização e a transição política pelas mãos dos próprios militares. Uma crise se formou e resultou na demissão do ministro do Exército e num explícito mal estar dentro das Forças Armadas.

A história da institucionalização da “revolução” de 64 e da construção do regime que se seguiu é, portanto, também a história da busca de legitimidade do movimento. A transição tutelada que “devolveu” a liderança do país aos civis levou a outra discussão aberta: quando terminou o regime militar? Há quem julgue que a anistia – o retorno dos exilados ao país - e a volta do

---

<sup>9</sup> Sobre a heterogeneidade no MDB ver KINZO (1988) e MOTTA (1997).

<sup>10</sup> O Congresso foi posto em recesso em três momentos durante o regime militar: entre 20 de outubro e 22 de novembro de 1966, entre 13 de dezembro de 1968 [AI-5] e 21 de outubro de 1969 e de 1º a 14 de abril de 1977 [“Pacote de Abril”].

---

pluripartidarismo, em 1979, marcam o fim do período da ditadura (REIS FILHO, 2000). Ainda que tenha havido um governo militar até 1985, a ditadura, neste caso, não é vista apenas como militar. Uma segunda consideração estabelece o ano de 1985 como corte, já que o primeiro governo civil assumiu depois de 21 anos. Há ainda uma terceira hipótese que considera que apenas em 1989, quando houve eleições diretas para presidente da República, teve fim, de fato, a ditadura. Mais importante do que definir datas, cronologias e modelos estanques é assumir a complexidade do período e entender como as características inseridas nesses modelos de análise não eram puramente cronológicas

### **Comemorando a “Revolução”: ritual militar, ritual político**

Alguns trabalhos acadêmicos têm se comprometido a lançar luz sobre solenidades caras à memória militar considerando-as ora por um viés antropológico, ora partindo-se das discussões sobre memória. Mencionarei dois desses trabalhos, uma vez que são os poucos casos em que são mencionados os ritos de aniversário da “revolução”. Celso Castro (2008) discute como as comemorações do “31 de março” mudaram ao longo do tempo, declinando até morrerem em meados da década de 1990. Já Maud Chirio (2006), em trabalho dedicado às festas nacionais no regime ditatorial, ressalta o “7 de setembro” como principal festa patriótica comemorada pelos militares e afirma que o “31 de março” não foi verdadeiramente comemorado exceto em seu primeiro aniversário. A questão para Chirio se relaciona à busca de legitimidade histórica a partir das festas nacionais como ponto de partida para a difusão da imagem pública do regime. O fato das comemorações do aniversário da “revolução” lhe parecerem terem se tornado cada vez mais internas aos militares e sem a ambição de integrar setores mais amplos da sociedade fez com que ela descartasse o “31 de março” como cerimônia significativa de comemoração do regime militar. Ambos os trabalhos têm grande importância para os estudos sobre ritual e regime militar. No entanto, o “31 de março” permanece sem ser

ressaltado como uma ocasião verdadeiramente privilegiada em que os agentes oficiais enunciavam um discurso sobre a natureza e os propósitos do regime e em que os rituais patrocinados pelo próprio regime ofereciam uma ocasião regular para expressar a unidade militar, ainda que se saiba que a instituição era, na verdade, fissurada. Essa ocasião ajuda a esclarecer, portanto, um discurso que era duplo: sobre o regime e sobre a instituição. Cabe ressaltar que ainda que as cerimônias tenham declinado ao longo do tempo, têm enorme importância para o entendimento do discurso que o regime fazia sobre si mesmo especialmente naquele período por permitirem que se perceba a partir dos relatos produzidos nos jornais a encenação da vida social naquele período.

A “revolução de 31 de março de 1964” foi um evento muito recente. Falar em ritual - termo que parece se ligar a ocasiões tradicionais e de duração mais longa - para se referir ao que aconteceu pode, por isso, provocar certo estranhamento. Mais ainda no caso deste trabalho em que se propõe estudar as cerimônias “no calor da hora”, ou seja, durante o próprio regime militar. Mas, retomando as principais características que definem o ritual, ou seja, o fato de ser uma ação simbólica, repetitiva e padronizada e considerando-se um ponto mencionado anteriormente por Claude Rivière, que questionava as possibilidades de se indicar com exatidão as fronteiras do ritual e do não-ritual (RIVIÈRE, 1989: 147), admite-se as comemorações do aniversário da “revolução”, durante o regime militar, como ritos comemorativos, que passaram de evento (em 1964) a tradição constituída a partir de 1965.

A partir desse ano os ritos em questão foram repetitivos, acontecendo anualmente. Essa continuidade pode ser vista como uma tentativa de estabelecer legitimidade política durante o processo de institucionalização de um regime particular recém-instaurado, que deveria ser assimilado e justificado por seu início brusco após um golpe de Estado. A regularidade dos ritos não deixava de ser um grande esforço de legitimar um novo governo que se inaugurou a partir da deposição de um presidente eleito e, do ponto de vista constitucional, apto a ocupar aquele cargo. Neste ponto, o que Celso Castro diz sobre a construção do dia do soldado, se aplica também a construção do aniversário do regime militar: não bastava lembrar a “revolução” por meio de

---

discursos espalhados, era necessário “renovar anualmente, através de uma comemoração, o compromisso de seguir seu exemplo” (CASTRO, 2002: 21).

Ao mesmo tempo em que são repetitivos os ritos assumem aspecto padronizado, se assemelhando basicamente na forma e no conteúdo. É justamente essa aparente padronização que acaba por permitir que se indiquem sobressaltos, diferenças ou ambiguidades, já que é depois de perceber e definir um padrão que se pode enxergar com mais clareza também o que foge a ele. A padronização é o que confere ao ritual um aspecto de estabilidade. Ao se autorreferenciar, ou seja, ao se reafirmar anualmente sem aparentes alterações bruscas, o regime garante que o universo político nacional siga uma ordem, que seja previsível e seguro.

Os rituais políticos não são, de todo modo, estáticos. Ainda que se queira cristalizá-los de forma a construir essa estabilidade, o que é permanente em relação a eles é a sua reinvenção em contextos distintos. Com relação aos discursos militares sobre a “revolução”, algumas temáticas permaneceram constantes com o passar dos anos, sobretudo, o esforço de relacionar o movimento com uma ruptura que significava uma clara distinção entre um passado “perigoso”, politicamente caótico e moralmente decadente e uma nova era de paz, coesão e desenvolvimento. Essa eterna lembrança, aliás, não esteve presente só nos ritos de 31 de março, mas foi fundadora de todos os aspectos do regime. Essa característica ritual da repetição indica principalmente que a mensagem é sempre durável (RIVIÈRE, 1989). A própria propaganda oficial patrocinada pelo governo especialmente nos anos 1970, embora nunca falasse diretamente da revolução e fosse despersonalizada, fazia analogias sutis que visavam à aproximação do presente que se vivia às ideias de um futuro promissor – de que “agora sim” o Brasil iria para frente –, de união da família, de felicidade e, finalmente, da possibilidade do otimismo (FICO, 1997).

O ritual é uma forma eficiente de operar esse jogo de temporalidades em que uma ruptura liga um antes a um depois, auxiliando, pela produção de narrativas, a atribuição de sentido à transição passado /presente /futuro e, neste caso, um passado que deveria “ensinar”, um presente estável e um futuro

---

previsível e próspero. Mas olhar para essas comemorações permite, por outro lado, identificar certas mudanças de um governo a outro, que estavam em muito relacionadas ao contexto nacional de então.

### **Olhando para a narrativa: categorias jornalísticas em O Globo**

Muitas análises podem ser feitas sobre o material que abrange a cobertura da comemoração dos aniversários da “revolução” entre 1965 e 1984. Pelo menos até o governo Geisel O Globo cobriu esses eventos militares não como acontecimentos jornalísticos (no sentido da novidade ou da quebra de rotina), mas como sendo rituais. As cerimônias que ocorreriam a cada dia 31 de março foram retratadas em *notícias factuais* pelo menos desde o dia anterior até o dia posterior ao seu acontecimento. As menções se concentravam geralmente nos dias 31 de março e 1º de abril, de forma que as matérias cuja publicação antecedia o dia 1º de abril tinham caráter de previsão e pretendiam antecipar (30/3) e reafirmar (31/3) a programação que seria realizada. Nos dias seguintes aos eventos (1/4) era, então, noticiado o que *de fato* havia acontecido.

A experiência que descrevo permitiu elaborar, a partir da leitura dessas matérias, seis categorias jornalísticas: *entrevista, reprodução, citação, notícia factual, notícia interpretativa e comentário*. Estas categorias são um esforço metodológico de análise, o que significa que não são a única forma possível de se entender o jornalismo praticado no período. Tampouco podemos tomá-las como regras para todos os jornais. Elas não preexistem ao texto, mas sim ao contrário: foi possível criá-las a partir do contato com as narrativas desenvolvidas especificamente no jornal O Globo. Mas acreditamos que estes instrumentos fornecem um dos caminhos possíveis para se entender os papéis que são desempenhados no espaço complexo de um jornal no que diz respeito às relações entre o jornalista e o próprio jornal, o jornalista e a política e, em última instância, entre a sociedade e a política. O quadro abaixo apresenta uma síntese de definição das categorias jornalísticas empregadas.

<b>CATEGORIAS JORNALÍSTICAS</b>	<b>DEFINIÇÃO</b>
<b>Entrevista</b>	Respostas concedidas pelo presidente a perguntas previamente enviadas à Presidência pela imprensa
<b>Reprodução</b>	Transcrição na íntegra dos discursos do presidente e dos ministros militares
<b>Citação</b>	Transcrição de partes selecionadas dos pronunciamentos do presidente e dos ministros militares
<b>Notícia Factual</b>	Informações factuais escritas a partir de linguagem referencial
<b>Comentário</b>	Boxes de opinião com linguagem emotiva
<b>Notícia Interpretativa</b>	Matérias que apresentam uma análise evidente do fato reportado

**Quadro 1** Fonte: Elaboração própria

Definir as categorias de análise propostas e sua aplicação às matérias d'O Globo permitirá mais a frente caracterizar o jornal como um espaço complexo produzido por diferentes vozes e posturas distintas, uma vez que todas estão presentes na cobertura dos aniversários da "revolução" militar publicados em O Globo e que a maior parte delas coexiste ao longo do tempo no veículo (conforme a tabela abaixo), ajudando a perceber como o programa de funcionamento de um jornal, mesmo sem querer, revela as ambiguidades que ele mesmo tenta recusar. Dessa forma, interessam menos as intenções que teve o jornal ao construir o discurso e mais aquilo que a narrativa silenciosamente revela.

<b>CATEGORIAS JORNALÍSTICAS</b>	<b>ANOS EM QUE APARECEM</b>
<b>Entrevista</b>	1965, 1967, 1969.
<b>Reprodução</b>	1965 a 1984 (todos os anos).
<b>Citação</b>	1965, 1967, 1968, 1970 a 1984.
<b>Notícia Factual</b>	1965, 1966, 1969 a 1982.
<b>Comentário</b>	1965 a 1984 (todos os anos).
<b>Notícia Interpretativa</b>	1978, 1980, 1983, 1984.

**Quadro 2** Fonte: Elaboração própria

A primeira categoria se refere às *entrevistas* prestadas pelo presidente da República e tornadas públicas perante a nação pelo jornal. Essa ação teve existência efêmera, na realidade, tendo acontecido apenas em três ocasiões,

---

1965, 1967 e 1969. No dia 30 de março de 1965 o presidente Castelo Branco concedeu o que foi considerado uma entrevista coletiva para as imprensas nacional e estrangeira, no Palácio das Laranjeiras, respondendo a questões previamente enviadas à presidência. No dia seguinte, O Globo reproduziu na íntegra as questões e as respostas, que versavam, entre outros assuntos, sobre medidas econômico-financeiras (inflação, salários, crédito a empresas) de modo superficial. Em 1967 o presidente Costa e Silva também concedeu a entrevista, nos mesmos moldes, respondendo, desta vez em Brasília, a questões previamente enviadas por jornalistas, que também foram reproduzidas na íntegra no jornal. E novamente em 1969, gravou, desta vez em *vídeo-tape*, sua entrevista com duração de mais ou menos quatro horas. Devido ao tamanho foi veiculada por rádio e televisão, em cadeia nacional, em etapas, além de ter sido, também por partes, transcrita no jornal.

Nas três ocasiões *as entrevistas*, pelo uso da transcrição, mesclam-se à segunda categoria a que chamamos *reprodução*. A *reprodução* refere-se à transcrição literal de pronunciamentos dos personagens mencionados, sejam entrevistas ou discursos. Neste ponto, é preciso distinguir a *reprodução* da *citação*. A *reprodução* é entendida aqui como a transcrição do discurso na íntegra ou de partes agrupadas, mas oferecidas separadamente no texto. A *citação*, ao contrário, se constrói a partir de uma perspectiva fragmentada, de partes, frases de uma determinada fala utilizadas em meio ao texto do jornal, misturando uma coisa e outra. Assim, a *citação*, embora seja de alguma forma e genericamente *reprodução*, é mais passível de ser manipulada - entendendo-se aqui por manipulação, não uma ação deliberadamente negativa e nefasta, mas sim um movimento por meio do qual o jornalista, ainda que inconscientemente, ressalta a sua presença a partir da seleção que faz daquilo que considera digno de ser ressaltado -, representando dois aspectos diferentes, ainda que guardem a semelhança de servir a uma concepção jornalística que prima pelo discurso (enquanto forma) da objetividade. Citar terceiros pode ao mesmo tempo aparentar a ideia de fornecimento de *provas* e de imparcialidade ou independência, pela exposição de vozes distintas, e possibilitar que o jornalista veicule opiniões que não são necessariamente as suas. Embora seja comum que

---

busque opiniões de que compartilha para publicar sem que a responsabilidade incida sobre si mesmo (TUCHMAN, 1993), a *citação* pode ainda ser empregada como uma estratégia de crítica quando associada, por exemplo, à ironia. A citação e a reprodução podem ser dois artifícios que levam a conclusões muito diferentes. Escolhemos, no entanto, não separar radicalmente a citação da reprodução porque neste caso, na ausência de contextualizações mais consistentes, ambas aparecem servindo a um propósito semelhante.

A *notícia* aparece como tendo uma dupla forma e pode ser entendida como sendo formada por duas categorias: a *notícia factual* e a *notícia interpretativa*. Ambas são abordadas neste trabalho e se diferem completamente pelas profundidades de ação empreendida pelo jornalista ao construir cada uma delas. Enquanto a *notícia factual* retrata o que se entende por “fatos”, por realidade, por acontecimentos, supondo, então, que o jornalista seria um observador capaz de fornecer um retrato da realidade. Já a *notícia interpretativa* tem relação direta com os significados do acontecimento, supondo que o jornalista tem a função ativa de interpretar os fatos e oferecer a matéria na forma de uma análise. A distinção entre uma e outra forma, além de falar sobre o contexto político e social em que se vive, fala ainda mais sobre a autoridade dos jornalistas. Sabe-se que mesmo a *notícia factual* que se pretende consideravelmente objetiva, guarda sinais da autoria, sinais de subjetividade, tal qual a escolha de quem ou do que merece ser coberto. Todo uso de linguagem é, em certa medida, uma performance. No entanto, além de em um contexto político autoritário, por exemplo, a *notícia factual* e suas pretensas objetividade/imparcialidade fornecerem certa segurança ao jornalista justamente pelo esforço de afastar opiniões que poderiam ser enfrentadas e reprimidas pela censura; quando comparada à interpretativa, representa um nível mínimo de presença do jornalista. Devido ao caráter excepcional da *notícia interpretativa*, voltaremos a falar dela mais adiante.

A *notícia* aparece como tendo uma dupla forma e pode ser entendida como sendo formada por duas categorias: a *notícia factual* e a *notícia interpretativa*. Ambas são abordadas neste trabalho e se diferem completamente pelas profundidades de ação empreendida pelo jornalista ao

---

construir cada uma delas. Enquanto a *notícia factual* retrata o que se entende por “fatos”, por realidade, por acontecimentos, supondo, então, que o jornalista seria um observador capaz de fornecer um retrato da realidade. Já a *notícia interpretativa* tem relação direta com os significados do acontecimento, supondo que o jornalista tem a função ativa de interpretar os fatos e oferecer a matéria na forma de uma análise. A distinção entre uma e outra forma, além de falar sobre o contexto político e social em que se vive, fala ainda mais sobre a autoridade dos jornalistas. Sabe-se que mesmo a *notícia factual* que se pretende consideravelmente objetiva, guarda sinais da autoria, sinais de subjetividade, tal qual a escolha de quem ou do que merece ser coberto. Todo uso de linguagem é, em certa medida, uma performance. No entanto, além de em um contexto político autoritário, por exemplo, a *notícia factual* e suas pretensas objetividade/imparcialidade fornecerem certa segurança ao jornalista justamente pelo esforço de afastar opiniões que poderiam ser enfrentadas e repreendidas pela censura; quando comparada à interpretativa, representa um nível mínimo de presença do jornalista.

A *notícia interpretativa* tem caráter excepcional. Em 1978, ao contrário dos anos anteriores, o jornal se esforçou para oferecer aos leitores uma interpretação do fato reportado. Essa mudança de posicionamento mostra que os jornalistas deixam de se apresentar como reprodutores, como repetidores de fatos que visam reiterar, manter um determinado formato de visão de mundo, para assumir a posição de *analistas experientes do mundo político* (SCHUDSON, 1993: 281). O Globo, neste momento, se permite fornecer interpretações acerca da política que não haviam tido lugar desde 1964. A principal mudança se relaciona à abordagem usada para falar sobre o pronunciamento do presidente Ernesto Geisel. Em vez de narrar todos os passos que seriam tomados pelo presidente durante a comemoração, o jornal lança interpretações sobre o que se poderia ou não esperar do discurso do presidente em relação aos discursos dos anos anteriores e fornece espaço para a inserção de opiniões de outros personagens civis que não costumavam aparecer nas matérias.

Outro ponto digno de nota é que pela primeira vez se menciona, desde 1964, a presença de um assessor [militar] de imprensa – coronel Toledo Camargo.<sup>11</sup> O fato da figura do assessor ter aparecido na matéria e de terem sido consultados outros personagens civis, aos quais foram demandadas interpretações acerca do ritual político em questão, demonstra um esforço do jornal de recolher vozes e leituras do mundo político, algo que não havia anteriormente. O que torna importante ressaltar o tom interpretativo então assumido é a consideração de que é *especialmente* na interpretação que o jornal está realmente produzindo sentido e construindo uma narrativa, ou seja, desempenhando um papel ativo de intérprete do mundo político. É também especialmente debruçando-se sobre um texto interpretativo que se pode perceber a complexidade da construção da notícia. As tomadas de posição, embora camufladas pelo trânsito de diferentes vozes, são, enfim, não apenas reproduzidas, mas produzidas e reiteradas de diferentes formas.

Que significados se podem atribuir às manifestações que identificamos como categorias? Dito em outras palavras, o que essas manifestações são capazes de dizer sobre o *fazer jornalístico*? Com quem o jornalista se relaciona quando põe cada uma dessas estratégias em prática, mesmo que inconscientemente? E, finalmente, fazendo isso, que papel clama para si? É preciso reforçar primeiro que essas categorias não apareciam isoladas. A notícia factual aparecia sempre seguida pela reprodução, pela citação ou pela entrevista. O comentário apareceu em todos os anos num espaço separado das matérias, ou seja, coexistindo paralelamente com as outras categorias. A entrevista foi, pelo menos em uma ocasião (1967), precedida por nota introdutória que mesclava informações factuais e comentário. As notícias interpretativas, depois de 1978, também apareceram próximas a trechos factuais, citações e, num espaço físico distinto, opiniões (comentário). O esforço de categorização empreendido atua sobre essa complexidade e sobre a ênfase dada às categorias, ao mesmo tempo ou em momentos distintos, ainda que sutil. O quadro a seguir sintetiza as posições que são privilegiadas quando se sobressai uma ou outra categoria.

<sup>11</sup> Ver: O Globo, 31 de março de 1978, p.5.

<b>CATEGORIAS JORNALÍSTICAS</b>	<b>RELAÇÃO PRINCIPAL</b>
<b>Entrevista</b>	Fonte
<b>Reprodução</b>	Fonte
<b>Citação</b>	Jornalista passivo
<b>Notícia Factual</b>	Jornalista passivo
<b>Comentário</b>	Jornal
<b>Notícia Interpretativa</b>	Jornalista Ativo

**Quadro 3** Fonte: Elaboração própria

No caso das reproduções que, comparativamente, ocupavam a maior parte do espaço físico dessas matérias, os jornalistas estavam reproduzindo fontes e publicizando informações oficiais, ou seja, emitidas pelo próprio governo. Situação semelhante ocorria com a cobertura das entrevistas concedidas por Castelo Branco e Costa e Silva (em 1965, 1967 e 1969). Ainda que essas entrevistas tivessem como ponto de partida perguntas supostamente feitas por jornalistas, estavam subordinadas a uma seleção prévia feita pelo governo, além de não ter havido a possibilidade de réplica ao vivo. Suprimido o diálogo, essas entrevistas funcionavam mais como reproduções de discursos feitos a partir de uma demanda do que como coletivas de imprensa. E considerando-se não as entrevistas propriamente, mas a cobertura que lhes foi dada pelo jornal na forma de reprodução, não houve um espaço relevante para considerações ou análises acerca desses pronunciamentos.

Em ambos os casos, entrevistas e reprodução, a autonomia jornalística é mínima porque pressupõem a proeminência das fontes e o apagamento dos jornalistas. Considerando-se a mediação como uma trama cultural que envolve múltiplos lados, não só o do receptor, não só o do emissor e não só o meio, mas um processo complexo que resulta de sua interação, a simples reprodução de um discurso previamente preparado constitui muito mais transmissão do que mediação. A reprodução, neste caso, se sobrepunha à mediação e ao papel do jornalista. Pensar sobre quem poderia à época se interessar em ler essas reproduções anuais dos discursos dos presidentes e ministros militares, além dos membros da própria instituição militar, ajuda a levantar as seguintes

---

questões: Para quem o jornalista escrevia? Quem era o leitor ou quem era o público? Cabe aqui lembrar mais uma vez Clastres, que a partir do exemplo de sociedades indígenas lembra que falar, para o chefe, é uma obrigação imperativa, um ato ritualizado: “A palavra do chefe não é dita para ser escutada” (CLASTRES, 2003: 171)

Robert Darnton (1975), partindo da memória de sua breve experiência como repórter em dois jornais<sup>12</sup> norte-americanos no início da década de 1960, discorre sobre alguns fatores que influenciam as matérias produzidas pelo jornalista, em especial os grupos de referência (editores, outros repórteres e as próprias personalidades abordadas) que tem e a imagem que faz do público. Entre as conclusões a que chega está a de que o primeiro grupo de referência dos jornalistas está a sua própria volta, ou seja, que os jornalistas escreviam uns para os outros já que sabiam que “ninguém pularia tão rapidamente em suas histórias quanto [seus] próprios colegas” e que eles tinham que conquistar “seu status a cada dia de novo conforme se expusessem aos seus pares” (DARNTON, 1975:176). Além dos colegas de profissão, usa como exemplo a experiência de um repórter de política do The New York Times que cobriu o governo de John Kennedy, presidente dos Estados Unidos entre 1961 e 1963. Segundo Darnton, “quando Tom Wicker estava cobrindo a Casa Branca de Kennedy, ele não apenas sabia que Kennedy lia suas histórias atentamente, ele também sabia exatamente quando e onde Kennedy as lia” (DARNTON, 1975: 183).<sup>13</sup> No Brasil, anos após a redemocratização, Ernesto Geisel foi perguntado sobre como era, na década de 1970, a sua rotina de presidente, ao que respondeu: “De manhã cedo, recebia uma súmula dos principais assuntos tratados pela imprensa. Lia aquilo, passava os olhos em algum jornal e ia para o Planalto” (GEISEL, 1997: 276).

Os presidentes são leitores frequentes. Ainda que o assunto pudesse não parecer do interesse do público em geral, os presidentes militares poderiam fiscalizá-lo. Embora Darnton estivesse escrevendo a partir de um contexto político democrático e, por isso, não tenha considerado como parte dos grupos

---

<sup>12</sup> The New York Times e Newark Star Ledger.

<sup>13</sup> Darnton explica que soube na época que o correspondente no Pentágono sabia que o secretário de Defesa norte-americano durante a presidência de Kennedy, Robert MacNamara, lia essas histórias entre 7h e 8h da manhã diariamente.

---

de referência na cabeça dos jornalistas os censores, é possível concordar com ele, uma vez que o jornalista brasileiro no período escrevia para a autoridade. E a autoridade era, então, o regime, múltiplo, mas personificado em seus dirigentes - a instituição militar. A pretensa ausência do narrador associada à transcrição de discursos do presidente e dos ministros militares, personagens de relevo político e hierárquico tanto num regime presidencialista, quanto na instituição militar, minimizavam o papel do jornalista. Mesmo que não deixassem de aparecer como uma estratégia para se lidar com um regime político complexo e heterogêneo ou para garantir as imagens de objetividade e imparcialidade (TUCHMAN, 1993).

Se na reprodução e na cobertura das entrevistas encontra-se o nível mais baixo de autonomia entre as categorias propostas, já que a autoria ou a voz de fala nesses casos é praticamente da própria fonte, na notícia factual e na citação o jornalista aparece assumindo uma posição ainda passiva. Assume o lugar de um narrador, que descreve “fatos”, como a agenda do presidente nos dias de comemoração, mas com distanciamento e sem a pretensão de mediar ou direcionar o leitor a significados mais amplos. Caminho semelhante é percorrido pela citação, que poderia funcionar como uma estratégia mais incisiva de manipulação, mas que, nesse caso, funciona como cessão de voz, sem dar espaço a interpretações ou conexões adicionadas pelo jornalista a essas falas.

O comentário, construído a partir de uma linguagem consideravelmente emotiva, subjetiva e parcial representa o editorial. Significa, portanto, a voz da empresa, a voz do dono. Por essa razão não é comparado em relação a sua atividade ou passividade. Como a reprodução e as entrevistas representam a voz da fonte, o comentário dá forma à voz do jornal enquanto empresa. Mas a sua presença tem a importante função de tentar reafirmar o caráter informativo do modelo de jornalismo em vigor, uma vez que apela para a separação entre duas coisas – a opinião e a informação.

A interpretação aparece como diferencial. É a ocasião de maior grau de autonomia entre as discutidas, em que emerge um jornalista ativo, capaz de

---

construir uma narrativa da política e de exercer a mediação, produzindo sentido a partir daquilo que assiste. Na interpretação é possível, finalmente, considerar o jornalista como autor do relato sobre algo que aconteceu, é possível sentir a “presença de um outro que vê” e que se revela no texto.

### **O jornalista se apresenta: adesão, afastamento, análise**

Dizer que o jornalista age passivamente ou ativamente significa relacionar a sua atuação em relação a quê? A atividade ou a passividade do jornalista não tem a ver com o uso do comentário, da opinião. Essas são dimensões inarredáveis da fala jornalística, ainda que em alguns casos, quase imperceptíveis. O que diferencia o jornalista passivo do jornalista ativo é a capacidade de oferecer interpretações do mundo. A interpretação é, em certa medida, opinião. Mas a opinião não toma necessariamente a forma de uma interpretação fundamentada em conhecimentos. Quando um jornalista interpreta, espera-se que lance mão de uma bagagem que não exclui, mas que excede, que se sobrepõe ao seu gosto pessoal e que constitui a mediação.

Sendo assim, não parece estranho dizer que, além de o jornalista ativo fornecer claros sinais da sua presença, o jornalista passivo se posiciona sutilmente. O que significam esses posicionamentos e como identificá-los e interpretá-los nas matérias abordadas neste trabalho?

Que outro sentido se pode atribuir à mudança considerável na forma de narrar a política nacional, considerando-se o recorte 1965-1984? Dentro da fase relativamente mais passiva podem ser distinguidos dois posicionamentos em relação aos contextos narrados: primeiro houve um momento de *adesão* e, depois, comparativamente, um momento de *afastamento* dos jornalistas com relação ao regime político que abordam em suas matérias. Já na fase ativa, o posicionamento passa a ser o de *análise*. Essas três perspectivas serão discutidas a seguir.

No dia 30 de março de 1965, como foi anteriormente exposto, o presidente Castelo Branco concedeu uma entrevista no Palácio das Laranjeiras que se parecia mais com um discurso. Dos quatro parágrafos que introduziram a transcrição da entrevista, três têm oito linhas e o quarto, três linhas. Os dois primeiros explicitam factualmente o horário em que a entrevista começou, quem estava presente e como as perguntas foram lidas e respondidas. O terceiro, fala sobre o contato estabelecido entre o presidente e os jornalistas e está reproduzido abaixo:

Antes de passar a responder às perguntas, o Presidente da República saudou os jornalistas, externando a sua satisfação por mais aquele convívio direto com os homens da imprensa, na oportunidade cumprindo uma etapa do programa comemorativo do primeiro aniversário da Revolução de 31 de março. Ao encerrar a entrevista, o Presidente Castelo Branco dirigiu novas palavras de agradecimento aos jornalistas, pela atenção dispensada ao encontro e pelo contato que com eles mantivera.<sup>14</sup>

O parágrafo que aparece em seguida a esse tem apenas três linhas e se limita a mencionar o tema da primeira questão respondida e a anunciar a transcrição das perguntas e respostas. Como se pode perceber, um espaço considerável foi destinado a falar sobre a relação dos jornalistas com o presidente no primeiro aniversário do 31 de março. Aqui interessa menos o fato de o presidente militar ter usado o cumprimento aos jornalistas como estratégia para construir um ambiente de aparência democrática do que o fato de os jornalistas terem considerado essa informação mais relevante para ser ressaltada do que quaisquer outros comentários possíveis sobre o conteúdo das respostas dadas por Castelo Branco. Ainda que predomine na matéria a reprodução e que esses quatro parágrafos introdutórios sejam a junção de informações factuais e citação (sem aspas) e que, portanto, o papel do jornalista seja mínimo, é possível atribuir a essa fala um sentido de adesão ao presidente e ao regime tratados.

No dia seguinte à entrevista, o presidente discursou no Congresso, ainda em razão do aniversário do movimento. Mais uma vez, na introdução de dois parágrafos que antecede a reprodução do pronunciamento o conteúdo da fala de

<sup>14</sup> O Globo, 31 de março de 1965, p.15.

Castelo é citado.<sup>15</sup> Empregando as mesmas palavras do presidente, os jornalistas o citam sem, no entanto, usar aspas. Isso nos leva à primeira perspectiva das três propostas anteriormente. Entre 1965 e 1968, a leitura das matérias nos leva a crer que os jornalistas faziam suas as palavras dos militares, o que pode ser visto como um movimento de *adesão* por parte dos jornalistas ao regime. No dia 31 de março de 1966, Castelo comemorou o aniversário do regime inaugurando uma usina da Cosipa, em Santos (SP). Na ocasião, lia-se na matéria do jornal:

O Presidente Castelo Branco chegou à usina da COSIPA às 10h40m, isto é, exatamente no horário. (...)

Demonstrando bom-humor, o Presidente Castelo Branco desceu do carro cumprimentando a todos os que se acercavam dele para, logo depois, em amplos acenos, agradecer aos escolares e aos operários as primeiras manifestações de carinho que recebia.<sup>16</sup>

A caracterização de Castelo como um presidente bem-humorado, que distribui “longos acenos”, e recebe “manifestações de carinho”, se por um lado não são suficientes para transformar o jornalista num mediador político, reforçam a aproximação dos jornalistas com relação ao regime. Ao que parece, Castelo não foi o único presidente “bem-humorado” do regime militar.

A primeira entrevista coletiva do marechal Costa e Silva revelou um presidente bem humorado, com bastante espírito e respondendo com objetividade às mais variadas perguntas. Foi simples e, sobretudo, muito humano nas suas respostas. Em nenhum momento das 24 respostas houve nenhuma ponta de demagogia. Nenhum ataque, nenhuma palavra menos atenciosas dirigida a quem quer que fosse. Mesmo para com os cassados teve palavras de consideração. O presidente inaugurou um ciclo novo de diálogo com a opinião pública através da imprensa. A espontaneidade de sua personalidade e a generosidade de seus gestos foram os dois grandes trunfos, que puseram também os jornalistas à vontade, transformando aquele encontro num autêntico debate democrático dos problemas os mais variados. (...)

O presidente trazia algumas respostas prontas para as perguntas que lhe haviam sido previamente formuladas. Mas a parte escrita valeu apenas como um roteiro, pois que passou a respondê-las de improviso. Deu assim um tom diferente ao diálogo (...).<sup>17</sup>

<sup>15</sup> Ver O Globo, 1º de abril de 1965, p. 12.

<sup>16</sup> O Globo, 1º de abril de 1966, p.6.

<sup>17</sup> O Globo, 1º de abril de 1967, p.6.

No trecho, o uso de adjetivos empresta um tom de comentário à introdução da entrevista, que é transcrita em seguida, depois que algumas informações sobre horário, local e os presentes são também dadas. É importante perceber que o conteúdo da entrevista, não recebe um espaço relativamente importante. O jornalista mais uma vez não está mediando o acontecimento político, mas demonstrando sua adesão ao governo.

As notícias sobre a morte do estudante secundarista Edson Luís pela Polícia Militar no dia 29 de março do ano seguinte, no restaurante Central dos Estudantes, conhecido como Calabouço, dividiram espaço com o aniversário do golpe em 1968 e contaminaram o discurso do presidente. Sob o título *Costa e Silva: “os agitadores querem sangue”*, já não houve adjetivos sobre a personalidade do presidente. A morte do estudante num confronto com policiais deu início a uma série de manifestações estudantis que duraram até o dia 1º de abril. No dia 2, o jornal mencionava palavras ríspidas do presidente ditas no dia anterior:

O Presidente Costa e Silva declarou ontem em Porto Alegre a um grupo de parlamentares da Arena e de jornalistas: “manteremos o atual regime revolucionário de qualquer forma. Não cederemos à desordem e à baderna.” Acrescentou que o Brasil atravessa fase difícil, necessitando unir-se para trabalhar e progredir. Ou então, descambará para um regime de força.<sup>18</sup>

O episódio do Calabouço e o posicionamento austero do governo marcaram o momento em que houve uma mudança na aproximação dos jornalistas. Até então haviam sido ressaltadas partes das falas dos presidentes que proclamavam a perseguição de um “bem maior” e do restabelecimento da ordem, e empregados adjetivos para falar da personalidade dos presidentes. Além disso, outras matérias que extrapolam o recorte deste trabalho – porque não se limitam ao presidente e aos ministros militares -, evidenciaram a busca de outras vozes que contribuíssem para legitimar a comemoração. No primeiro aniversário do regime, em 1965, O Globo dedicou oito páginas à ocasião no dia 30 de março e outras oito páginas no dia seguinte. Com o passar do tempo esse espaço diminuiu.

<sup>18</sup> O Globo, 2 de abril de 1968, p.1.

A partir de 1968 o presidente não será mais reconhecido como um homem “bem-humorado”, nem como aquele que dialoga com a opinião pública. Nem receberá mais adjetivos sobre sua personalidade. A fase de adesão dá, então, lugar a uma fase de *afastamento*, de distanciamento do jornalista em relação ao regime narrado. Em 1969 a última entrevista é concedida por um presidente militar na ocasião do aniversário do regime e ela é apresentada com mais imparcialidade do que anteriormente.

No dia 30 de março de 1973, a ordem do dia do ministro da Aeronáutica, Araripe Macedo, foi introduzida da seguinte forma:

“A Revolução, cujo nono aniversário comemoramos, foi uma imposição da consciência nacional e é, sem pertencer a ninguém, uma conquista de todos os brasileiros”, diz a ordem-do-dia do Ministro da Aeronáutica, Brigadeiro Araripe Macedo, sobre as comemorações, este ano, do 31 de Março.

O documento assinala que “mais que uma mera substituição de homens no poder, a Revolução, assumindo os riscos da direção, restaurou a confiança coletiva nos destinos da Pátria”.<sup>19</sup>

O uso de aspas e a restrição a citações pontuais em que a fala é claramente remetida ao presidente ou ao ministro, a inexistência, agora, de considerações sobre a personalidade do presidente e um espaço já reduzido em relação ao anterior dedicado às vozes de terceiros sobre a revolução – exceto em 1974, ocasião da comemoração de uma década de aniversário e em que houve, portanto, o esforço de apresentar vozes distintas - são indícios do afastamento do jornalista em relação ao que narra. Os parágrafos que introduzem as reproduções dos discursos oficiais também diminuem de tamanho com o passar do tempo, ora se apresentando em sua maior parte como uma citação com aspas do discurso reproduzido, ora assumindo linguagem que se limita a ser mais descritiva, como passou a acontecer no governo do presidente Ernesto Geisel.

O jornalista aparece até esse momento, predominantemente, como um espectador, afastado do que observa, que narra sem explicar, que relata sem oferecer uma ligação do relato com a vida prática, sem dar uma explicação (BENJAMIN, 1975). Define a cena, mas, geralmente não tem nada mais a dizer sobre o acontecimento. Essa configuração se manteve constante até o final do

<sup>19</sup> O Globo, 30 de março de 1973, p. 8.

governo Geisel, quando, em 1978, a matéria anteriormente mencionada representa uma mudança considerável na forma de abordar o evento. O próprio título da matéria – “Geisel discursa hoje mas ênfase não é política”<sup>20</sup> – possibilita algumas análises. Primeiro, “mas” é uma conjunção que indica oposição ou restrição. Ao ser empregada na frase, indica que os jornalistas supunham – e explicitaram essa suposição - que o discurso do presidente deveria ter ênfase nas medidas políticas. Tal crítica não se verificava anteriormente. Na maioria das vezes, os títulos reproduziam, com ou sem aspas, falas do próprio discurso, como em “Costa e Silva: ‘os agitadores querem sangue’”<sup>21</sup> ou em “Médici ao povo: Revolução fez o Brasil nascer de novo”.<sup>22</sup> Em segundo lugar, é uma crítica antecipada, ou seja, a frase deixa clara a previsão e o julgamento de que teor poderia ter o pronunciamento do presidente.

A continuação da matéria de 1978, seguindo o teor do título, estende a análise anunciada. Quando o jornalista escreveu suspeitando que o discurso que Geisel faria naquele dia, “segundo fontes ligadas à presidência, não [deveria] registrar nenhum avanço em relação a pronunciamentos anteriores quanto à abertura política,”<sup>23</sup> estava pressupondo como questão central de interesse público o processo de abertura política, cujo fim seria justamente desestruturar o regime político iniciado em 64 e que, naquela mesma data, se comemorava. A partir desse momento até o fim do governo Figueiredo e do regime militar, o jornalista passa a emergir como um analista político, como um ator que aparece claramente na narrativa. Deixa, portanto, o papel de mero observador e transforma o seu anterior afastamento numa postura de análise, mesmo que ainda tímida, sobre o regime. Essa nova postura se apresenta como uma tendência, embora não aconteça exatamente em todos os anos a partir de então – em alguns momentos, mesmo após o fim do regime, discursos ainda foram reproduzidos como se sozinhos se bastassem. E embora isso não queira dizer que o posicionamento do jornalista, quando analista político, seja contrário ao regime.

---

<sup>20</sup> O Globo, 31 de março de 1978, p.5.

<sup>21</sup> O Globo, 1º de abril de 1968, p.10.

<sup>22</sup> O Globo, 1º de abril de 1970, p.14.

<sup>23</sup> O Globo, 31 de março de 1978, p.5.

A abertura política, mencionada pela primeira vez no âmbito dos aniversários em 1978, passou de tabu a questão central, mencionada em 1980, 1981, 1982 e 1984. Em 1980, comenta-se, inclusive, o tamanho e o tempo que o discurso do presidente Figueiredo consumiria por parte do público leitor. O jornalista parece querer ressaltar o pouco espaço e o pouco tempo, ou o pouco que o presidente teria a dizer sobre os 16 anos do regime. Também nessa matéria é claramente considerada a presença de um terceiro personagem – o público -, como mostra o trecho reproduzido abaixo.

O presidente João Figueiredo dará ênfase em seu pronunciamento de hoje à noite, através de cadeia nacional de rádio e televisão, aos avanços político e social, e às dificuldades que o Governo vem enfrentando para consolidar a Abertura. Em cerca de quatro laudas que não consumirão mais do que oito minutos da atenção dos telespectadores, o presidente fará uma análise do movimento revolucionário de 1964, na comemoração dos seus 16 anos.<sup>24</sup>

Em 1979 sem nenhuma razão aparente, Figueiredo não discursou. Foi a primeira vez, desde 1965, que um presidente militar não fez um pronunciamento especial alusivo à data, embora tenha participado de uma missa comemorativa na Catedral Metropolitana, em Brasília. Essa ausência do discurso presidencial só ocorreria mais duas vezes, todas em seu governo, em 1981 e em 1983. Em nenhuma das três ocasiões os jornalistas questionaram no jornal por que razões o presidente, excepcionalmente em mais de duas décadas, não se pronunciaria – o que se poderia esperar de um analista político. No entanto, como foi dito, esse processo de assumir um novo papel estava ainda se moldando. E, ainda que não tenha havido discussão sobre o significado simbólico e político de o presidente não se pronunciar, houve outras pistas que não anulam, mas ajudam a reforçar esse processo de transformação. Em 1981, colada à matéria (e sob o mesmo grande título) sobre a ida do presidente à missa em Brasília, aparecia uma coluna sobre a vinda de um cientista político francês ao país e seu breve comentário acerca da situação política, conforme se vê no excerto abaixo.

O cientista político francês Maurice Duverger, que chegou ontem em Brasília para um ciclo de palestras na Universidade de Brasília, negou-se a comentar a situação institucional brasileira, mas afirmou

<sup>24</sup> O Globo, 31 de março de 1980, p.4.

---

que não viajaria para cá se não estivesse informado sobre o estágio de transição política do país.

“- Em reuniões sobre direitos humanos na Sorbonne – disse -, tive acesso a relatórios da Anistia Internacional. Estes documentos dizem que houve evolução política no Brasil e que o processo de democratização trará consequências importantes (...)”.<sup>25</sup>

Ainda que não pelas palavras do próprio jornalista, aqui, a seleção e a arrumação geográfica das notícias apontam para um olhar analítico. Em 1983, o presidente também não discursou, mas, pela primeira vez aparece uma matéria que comenta os pontos em comum entre os discursos dos três ministros militares.<sup>26</sup> Mesmo que essa comparação não constitua uma análise profunda, aponta para um esforço premeditado de produção de sentido comparativo.

O último discurso de Figueiredo e, conseqüentemente do regime sobre o próprio regime, em 1984, baseou-se na sugestão de que uma revisão constitucional era oportuna e se faria em breve e de que as eleições para o seu sucessor seriam indiretas. Na chamada de capa sobre o pronunciamento do presidente, o jornal exhibe vários lados da discussão com as opiniões de outros personagens, favoráveis à decisão do governo de manter as eleições indiretas para a presidência, como a do líder governista na Câmara Federal, deputado Nelson Marchezan; em defesa das diretas pela estabilidade que daria ao regime, como a do ministro Leitão de Abreu; contrárias às críticas feitas por Figueiredo às eleições diretas, como a do vice-presidente, Aureliano Chaves, a do presidente do PMDB, Ulysses Guimarães e a do governador Tancredo Neves. Embora a principal informação seja que, em 1985, as eleições seriam indiretas, O Globo ressalta nos títulos que o governo proporia eleições diretas no futuro. O destaque é dado, então, a uma promessa “oficial” como garantia de mudança política.

Mas, ainda em 1984, há uma novidade na narrativa sobre o aniversário do regime militar. Pela primeira vez foi publicada uma charge política diretamente ligada ao evento, duas páginas após o discurso do presidente, reproduzida abaixo.

---

<sup>25</sup> O Globo, 31 de março de 1981, p. 4.

<sup>26</sup> Ver O Globo, 30 de março de 1983, p.1.



**Figura 1** Fonte: O Globo, 1 de abril de 1984, p. 4.

Chico Caruso, autor da charge (Fig.32), começou a trabalhar n'O Globo nesse mesmo ano, mas, provavelmente esse tipo de crítica não teria tido espaço ou não seria possível em outro momento. Nela o presidente Figueiredo aparece nervoso e constrangido diante do público com seu texto em mãos que é consideravelmente pequeno, tanto no tamanho quanto no significado. Figueiredo parece acuado por vir a público comemorar o aniversário da "revolução" em meio à abertura e, ainda, afirmar que manterá as eleições indiretas para o seu sucessor. A charge é um explícito julgamento político apesar de compartilhar a página com o tradicional quadro de comentário em defesa do regime, que continuava presente.

---

## Considerações Finais

Tanto o período do regime militar quanto o exercício do jornalismo nesse período têm sido em geral tratados como se fossem simples quando foram, na verdade, complexos. E comparação ao contexto, a instituição militar e o jornalismo apresentavam particularidades internas próprias que têm recebido menos atenção. No início deste trabalho a preocupação foi considerar o contexto do regime militar a partir de seus conflitos, suas ambiguidades. A caracterização do ambiente instável em que atuaram os jornalistas fornece subsídios para entender porque a atuação destes também não poderia ter sido simples e porque o ritual de comemoração dos aniversários do regime se constituía, então, numa ocasião especial para construir unidade através do discurso onde não havia unidade de fato.

As matérias produzidas no jornal, referentes ao ritual de comemoração do regime discutido, foram o objeto empírico analisado em seguida neste trabalho, com o objetivo de deslocar o foco da discussão para o que é o resultado mais concreto do exercício do jornalismo: as narrativas que produz. A partir delas, buscou-se encontrar a dimensão de quão complexo é o espaço do jornal, independentemente de ser esse jornal julgado, geralmente, como membro da grande imprensa. Com narrativas bastante distintas coexistindo, com reportagens que muitas vezes surpreendem os paradigmas correntes de análise do período e com estratégias que podem, em momentos distintos, ter significado algumas possibilidades de posicionamento dos jornalistas, mesmo durante a censura, as narrativas jornalísticas vistas de perto dizem mais sobre o jornalismo do que se costuma considerar.

O objetivo deste trabalho não foi o de responder qual *deveria* ser a função dos jornalistas. A expectativa de contribuição foi a de propor o deslocamento da questão e das respostas conclusivas para outro caminho: que funções o jornalismo e, especificamente a imprensa, vem demandando para si e vem desempenhando, de fato, ao longo de contextos distintos na história do país.

---

## Referências

- ALBUQUERQUE, Afonso de; SILVA, Marco Antonio Roxo da. “**Skilled, loyal and disciplined**: communist journalist and the adaptation of the American model of ‘independent journalism’ in Brazil”. *The International Journal of Press/Politics*, vol.14, n.3, 2009, p. 376-395.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil**: Nunca Mais. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.
- BENJAMIN, Walter. “O narrador”. In: **Os pensadores**: textos escolhidos. v.48. São Paulo: Abril Cultural, 1975.
- CASTRO, Celso. **A invenção do exército brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- \_\_\_\_\_. “Comemorando a ‘revolução’ de 1964: a memória histórica dos militares brasileiros”. In FICO, Carlos (org.). **Ditadura e democracia na América Latina**: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. p. 119-142.
- CHIRIO, Maud. “**Fêtes nationales et regime dictatorial au Brésil**”. *Vingtième Siècle. Revue d’Histoire*, 90, 2006, p.89-108.
- CLASTRES, Pierre. “O dever da palavra”. In **A sociedade contra o Estado**: pesquisas de antropologia política. São Paulo: Cosac Naify, 2003. p. 169-172.
- DARNTON, Robert. “**Writing news and telling stories**”. *Daedalus* 104(2), 1975, p. 175-194.
- FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo**: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.
- \_\_\_\_\_. **Além do golpe**: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro, editora Record, 2004.
- GEISEL, Ernesto. Depoimento. In D’ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (org.). **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.
- KINZO, Maria D’Alva. **Oposição e autoritarismo**: gênese e trajetória do MDB (1966-1979). São Paulo: Ed. IDESP/Vértice, 1988.
- MARTINS FILHO, João Roberto. **O palácio e a caserna**: A dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969). São Carlos: Editora da UFSCAR, 1996.
- \_\_\_\_\_. “**A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960**”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol.23, n.67, 2008.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Partido e sociedade**: A trajetória do MDB. Ouro Preto: UFOP, 1997.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura Militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- RIVIÈRE, Claude. **As liturgias políticas**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1989.
- ROUQUIÉ, Alain (coord.). **Os partidos militares no Brasil**. Rio de Janeiro, editora Record, 1991.
- SCHUDSON, Michael. “A Política da Forma Narrativa: A Emergência das Convenções Noticiosas na Imprensa e na Televisão”. In TRAQUINA, Nelson (orgs).

---

**Jornalismo:** Questões, Teorias e “Estórias”. Lisboa, Editora Vega, 1993, p. 279-293.

STEPAN, Alfred. **Os militares na política**. Rio de Janeiro, Editora Artenova, 1975.

TUCHMAN, Gaye. “A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas”. In TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo:** Questões, Teorias e “Estórias”. Lisboa, Editora Vega, 1993, p. 74-90.